



Atos do Executivo nº 1035730
Disponibilização: 12/08/2024
Publicação: 12/08/2024

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ

Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200



ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DA SÉ DO ANO DE 2024.

INICIATIVAS SOLIDÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE

Ao oitavo (08) dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, em atendimento à convocação nº 005ª/2024 publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, realizou-se a 19ª/120ª Reunião Plenária Ordinária presencial, do Conselho Participativo Municipal da Sé, biênio 2022/2024, a partir das 19:00h, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, reuniu-se o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura da Sé, por meio de seus titulares, nas dependências da Subprefeitura Sé, com sede na rua Álvares Penteado, nº 49, Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Sé, Sra. **MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES**, pelo Secretário Sr. **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS**, juntamente com a autoridade ali presente, o interlocutor da Subprefeitura da Sé o Sr. Cel. **FERNANDES** Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: **DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB; FÁBIO BENINI CABRAL; FÁBIO LÚCIO SANCHEZ; INÊS LUCCHESI DE CARVALHO; MARIA LILIAN GALVARRO PENA; ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA; SILVIA CRISTINA MULE; STELA DE CAMARGO DA DALT.** Conselheiros remotamente: **ROBERTO JORGE REGENSTEINER; ROSANGELA ZANON MONTEIRO; TAMIRIS CAMPARI DE SOUZA LUZ; YOO RI KIM.** Conselheira ausente por licença médica: **MARIA IZILDA S. PEREIRA DOPPLER.** Conselheira ausente não justificada **ELISABETE ANTOLINO.**

ITENS DE PAUTA:

CONVOCAÇÃO 005ª/2024

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO CPM/SÉ (19ª/120ª)

O CPM/SÉ convoca a todos os Srs. Conselheiros Participativos Municipais da Subprefeitura da Sé e convida os demais interessados, a participarem no próximo dia **08 de abril de 2024 (segunda-feira)** às 18h:45m, da 19ª Reunião Ordinária do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024), na sede da Subprefeitura da Sé, situada a rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala Inicial da Coordenadora, Secretário-Geral, ou em exercício, o interlocutor;

2. Boas Vindas e apresentação dos representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura de pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Munícipes e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Aprovação de Atas, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos;
7. Planejamento estratégico PLOA-2025;
8. Processo de Falta de Decoro acontecido na reunião ordinária de dezembro de 2023;
9. Naming Right – Pacaembu/Mercado Livre;
10. Demolição de imóveis tombados e medidas de prevenção (casarão na rua Arthur Prado);
11. Problemas causados pela falta de atendimento da Enel. O que a prefeitura fez para impedir a Enel de prejudicar a população? (item prejudicado);
12. Privatização da Sabesp (item prejudicado);
13. Problemas com enchentes no território da Subprefeitura da Sé (item prejudicado);
14. Transferência da sede do Governo do Estado para o Centro de São Paulo (item prejudicado);
15. Eleição e posse imediata para os cargos de COORDENADOR(a) E SECRETÁRIO(a)-GERAL e possivelmente, SECRETÁRIO(a) ADJUNTO(a). (cujo mandato é de 06 meses nos termos dos artigos 33 e 42 da Portaria que rege o Conselho Participativo Municipal).

TERCEIRA PARTE

16. Informes Gerais e Agradecimentos.

Informamos a todos que, não havendo quórum esta reunião irá começar rigorosamente às 19:00 horas, e em segunda chamada, com o número de Conselheiros presentes, de acordo com o Art. 22º da Portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020. Comunico ainda que a ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, deliberações tomadas, lista de presença e resoluções bem como, ao Art. 7º, inciso IV, constante na portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

Sra. MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES – COORDENADORA

Sr. ANTONIO RONALDO DOS SANTOS – SECRETÁRIO-GERAL

Após leitura da pauta, seguiu-se o **item 4** demandas de zeladoria urbana, trazidas por munícipes e conselheiros.

- O MUNÍCIPE DÉCIO SUNAGAWA: - Por que não temos mais a participação da Casa Civil e da Empresa Novo Vale do Anhangabaú? São dois nomes que tem peso político na Prefeitura e este último que causa um grande impacto na região. Fui no dia 28 de março, véspera de feriado prolongado, às 16h30, até a Praça de Atendimento da Subprefeitura da Sé, sob chuva, e não estava de guarda-chuva, então cheguei ensopado. Confiei no discurso do Cel. Camilo que em uma reunião com os munícipes prometeu que se houvesse disponibilidade, por não haver agendamentos, o munícipe seria atendido. Não havia ninguém aguardando atendimento, talvez um ou dois atendentes estavam ocupados, todos os outros estavam ociosos, pedi para apenas protocolar um ofício e a resposta que ouvi foi que o atendimento para quem não tinha horário marcado era até as 16h20. Gostaria que esta informação fosse confirmada. Saí de lá inconformado e procurei o Cel. Bexiga que me atendeu, tentou protocolar o meu ofício, mas foi informado que depois que o serviço foi terceirizado, ele só poderia ser protocolado na Praça de Atendimento. Voltei na segunda-feira, dia 01 de abril, na hora do almoço, e novamente, não havia ninguém na minha frente para ser atendido, mas desta vez o atendimento ocorreu sem nenhum

problema. Protocolo: 6056.2024/0005577-6. A prefeitura há muito tempo está incentivando os retrofits em prédios abandonados, e a construção de novos prédios residenciais para atrair moradores, entendendo a importância destas construções, mas ela sempre ignorou quem já está estabelecido aqui, não dando nenhum incentivo ou isenção, tudo é para favorecer as grandes incorporadoras que pouco estão preocupadas com a vizinhança e estão trazendo muitos problemas com barulho, ocupação irregular da rua, estacionando em vagas, inclusive para idosos/cadeirantes como na Rua Basílio da Gama, descarregando em qualquer horário, pouco se importando se incomodam ou não e em alguns casos, provocando rachaduras nos imóveis vizinhos. Outro ponto problemático é no entroncamento e arredores das Rua Bento Freitas com a Rua Major Sertório, temos ali, várias construções simultâneas que provocam grande incômodo e as obras iniciam cedo, terminam tarde e não param aos finais de semana, funcionando inclusive aos domingos. Outro problema relacionado às obras: Houve algumas reuniões atrás a informação trazida pelo Cel. Bexiga para justificar a impossibilidade de acabar com o entupimento das bocas de lobo solicitada por mim, uma das causas era que o problema era muito mais sério e na realidade, pois em muitos casos, o entupimento era nas galerias, então eu questiono se há fiscalização por parte da prefeitura quanto ao despejo/lavagem do resto de concreto, tinta e resto de obras. Já recebi vídeos e denúncias em grupos que participo onde a rua onde tinha uma obra de um edifício ficou repleta de concreto, será que isto não é mais comum do que imaginamos? Será que parte do entupimento das galerias não se deve a estas obras? Houve as eleições do CADES, parabéns as novas conselheiras Márcia e Rose, e aproveitei para pedir a elas que deem uma atenção especial ao barulho na região central, provocado não apenas pelo setor privado, incorporadoras, bares e lojas e as concessionárias que só trabalham de madrugada, mas também o barulho produzido pelo setor público com suas inúmeras festas.

- A MUNICÍPE JESSINA TATIANA T. TAPIA: 1º) Praça Paulo Gianotti totalmente sem luz; 2º) Canteiro que fica na Avenida do Estado, nº 250, virou depósito de lixo e entulho e moradores de rua. Gentileza limpar e mais fiscalização neste lugar. Talvez tirar esse canteiro físico e pintar no chão o canteiro; 3º) Mais policiamento GCM e PM nas estações da Luz e Tiradentes, Saída das estações cheio de moradores de rua; 4º) Retirar ferro velho que está embaixo do viaduto Engenheiro Orlando Murgel para iniciar reforma do mesmo; 5º) Ação no Albergue Boraceia localizado na rua Norma Pieruccini Giannotti cheio de usuários de drogas e a calçada completamente insalubre. A ONG que “cuida” deve ser responsabilizada por esta situação; 6º) Solicita a retirada de lixo e moradores de rua que está na rua dos Americanos x rua Norma Pieruccini Giannotti deixam muito sujo e degradam o espaço; 7º) Verificar boca de lobo e bueiros e vias pluviais da rua Conego Vicente Miguel Marino, rua do Bosque, avenida Rudge x rua Conego, rua Americanos, rua Anhanguera, rua Boracéia, desde o ano passado começou a alagar coisa que não acontecia em todo esse entorno citado. 8º) Verificar afundamento da rua Conego Vicente Miguel Marino, nº 421 pois os canos embaixo da rua estão quebrados e está desnivelando a rua e quebrando a calçada. Gentileza verificar esta situação. Talvez este seja o problema citado no item 4º. 9º) Verificar ferro velho na rua Luigi Greco X rua Anhanguera dali sujam constantemente a passarela ali localizado. A zeladoria limpa mais esse ferro velho ajuda a sujar tudo novamente. 10º) Ecoponto Barra Funda funcionários do local permitem que moradores de rua entrem e peguem os recicláveis e os entulhos como madeiras e vasos sanitários ou qualquer coisa que para eles sirvam para vender e ter dinheiro para comprar drogas. Mudar os funcionários ou que outra ação seja feita. Eles sujam toda a esquina avenida Rudge X rua Conego Vicente Miguel Marino com essa atitude deles.

- O MUNICÍPE MARCELO MIRANDA DA SILVA LIMA: Na rua dos Estudantes, altura do nº 337/357 (cruzamento com a Tomai de Lima), estamos com um grave problema com um estabelecimento de reciclagem que deixa muito lixo ocupando a calçada e até a rua, sujeitando os moradores a todo tipo de questões sanitárias e de saúde. Além disso, o local encontra-se com instalações precárias, particularmente elétricas, sujeitando o edifício e adjacências ao risco de incêndio. Pedem providências, particularmente das áreas responsáveis pela zeladoria, assistência social e vigilância sanitária municipal.

-A MUNICÍPE MARIA NAIR: 1º) Iluminação do vale do Anhangabaú; 2º) Limpeza dos Jardins de Chuva; 3º) Obras no Viaduto Santa Ifigênia – sem fiscalização cai/despejam água lá de cima sobre os passageiros dos terminais de ônibus.

- A MUNICÍPE MARIA PAULA CAMPOS BIBIANO: As ruas e calçadas da rua Maria Paula, está com muito buraco e difícil mobilidade para idosos e cadeirantes, a iluminação com lâmpadas queimadas.

- AS MUNICÍPES MAYRA BOSHA TSKY; BRUNA ALVES DA SILVA E SILENI FREIRE: Nós somos um grupo de mulheres, mães, trabalhadoras que decidiram se reunir e criar time de vôlei, com o objetivo de transformar positivamente nossas vidas, bem como levar para a vida das pessoas. Objetivo geral “Meninas da Bela Vista”. – Promover a cidadania, através da inclusão social de todos os públicos, incluindo crianças com deficiências. Construir um ambiente

de melhora de autoestima para as mulheres, que normalmente se dedicam apenas aos filhos e a vida profissional, incentivar à prática esportiva, de laser e atividades físicas na comunidade ter uma praça pública gerida pelas meninas para receber uma comunidade. Hoje as meninas da Bela Vista, tem ao todo a participação de 32 meninas. Mas existe uma fila de espera para participar do vôlei. Atualmente pagamos a mensalidade para jogar, duas vezes na semana, na Arena Bela Vista, localizada na rua Professor Laerte Ramos de Carvalho, 212 – Bela Vista. O time é composto por mulheres de diferentes faixas etárias. Gostaríamos de um espaço recreativo e seguro, para a prática de atividade física, alongamento, treino além do vôlei. O nosso objetivo é conseguir um espaço público adequado para a continuidade dessa prática saudável. Precisamos de um apoio e um espaço banheiro, bebedouro, quadras, espeço para as crianças. A ideia é disponibilizar um local para receber doações de alimentos, roupas, livros e brinquedos para que possam ser repassados a quem necessitar e possa ser um local aberto para a comunidade, para recebermos e acolhermos todos da comunidade.

- **A MUNÍCIPE ROSALIA CARMO PARRUBIA FLORENCE:** Venho reiterar o pedido de destampamento do córrego Jurubatuba Mirim, trecho de 25 metros aproximadamente, que percorre a escada hidráulica existe entre a rua Nilo (entre os nºs 395 e 429) e a rua André Gouveia. O Tamponamento foi executado entre dezembro/2023 e 05/01/2024, e foi irregular. A denúncia e requerimento para o destampamento são objeto de Protocolo 31890175, junto ao portal 156. Há também o Protocolo, digo Processo SEI 096749746. Fato é que após tal tamponamento, o odor de esgoto tem se acentuado, tornado mais frequente e prolongado. Esse odor e sentido saindo das bocas de lobo da rua André Gouveia, especialmente entre o seu final e a Travessa Padre Mariano de La Mata. Não é demais lembrar que as águas do Jurubatuba Mirim desaguam no córrego Jurubatuba, bacia da Aclimação. Também vale ressaltar que a revitalização do córrego Jurubatuba Mirim foi um projeto eleito pelo Orçamento Cidadão deste ano de 2024. Protocolo do 156 31890175.

-**A CONSELHEIRA ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA:** Bom Prato em frente a Sala São Paulo, distribui refeições e deixa muita sujeira ao redor com a Praça General Osório, bueiro da esquina entupido. Hoje 08 de abril de 2024 por volta das 15 horas vendo que o portão estava aberto fui questionar para pedir atenção a limpeza e colocação de lixeiras no horário de distribuição. O funcionário respondeu-me que viesse almoçar qualquer dia e no local lá um balcão de sugestão onde eu poderia depositar meu questionamento. Calçada na Rua dos Gusmões, entre a rua Triunfo e rua Andradas onde a maioria dos usuários estão fechados devido a ocupação de usuários de drogas e o descaso das autoridades. Loga e Sustentare fazem as limpezas do meio da rua, mas os coletores estão imundos, inclusive tem um estabelecimento que foi fechado com uma barra de concreto. Os dejetos os descartam obstruindo a calçada no condomínio pessoas com deficiência visual, idoso, que estamos obrigados a transitar pelo meio da rua, disputando lugar com usuários. Protocolo nº 32524401.

Item 5: Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores.

O Senhor Cel. **FERNANDES**, as demandas estão todas anotadas e amanhã cedo começamos a trabalhar em cima disso, sobre tudo aquilo que foi de uma certa forma demandado anteriormente, nós vamos fazer todos esses contatos necessários, o pessoal conhece bem a forma dirigente que o Cel. Bexiga trabalha e eu, ali na minha condição de Supervisor de Esportes e Laser, estou na tarefa de secundá-lo também, então podem contar comigo, amanhã vamos procurar o possível para essas respostas. Deixando bem claro aqui que a governança da Municipalidade é para um Cel. No meu caso, com 37 anos de serviço na ativa e bem diferente da Polícia Militar, então aqui nós fazemos aquela lá, recebemos as demandas e fazemos naturalmente o encaminhamento para todas as agências públicas responsáveis por essas demandas, na minha condição de Cel. Capitão, Major, muitas dessas demandas aqui eu já estaria escrevendo no WhatsApp e mandando para frente obviamente aquilo que fosse concernente a segurança pública aqui nós temos um Conselho Participativo ele vai muito além, entra muito forte nessa questão das zeladorias e por conta disso me comprometo com senhores de o mais rápido possível fazer o encaminhamento disso e citar o nosso governo local para poder obter essas resposta de forma diligente.

O Conselheiro FÁBIO BENNI CABRAL entrevistado solicitando uma questão de ordem, lembrou que todos possuem o conhecimento da legislação específica aos Conselhos Participativos Municipais, a qual define que a participação dos Conselheiros é realizada de forma presencial desde fevereiro de 2020, mas quando era Coordenador, mesmo com o fim da pandemia, manteve o hábito de solicitar ao Governo Local um link de acesso remoto individual oficial, para atender aos Conselheiros que se encontravam impossibilitados de se deslocar até a sede da Subprefeitura. Contudo, observa que, em não havendo mais a previsão legal desde a pandemia, então claramente não há necessidade de dependência de geração do link ser pela municipalidade, portanto sugeriu ao Pleno que escolhessem algum aplicativo para estabelecer conexão

remota, aos Conselheiros que o esperavam, antes que fosse adentrado o próximo item de pauta, pois declarou-se sensibilizado de ver os colegas aguardando sem serem informados do que estava ocorrendo.

Item 6: Aprovação de Atas, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos:

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós temos a Ata de janeiro, agora não sei se ela poderia ser aprovada se todos concordam, quem reviu ela foi a conselheira Stela, ficou excelente só ficaram faltando as demandas de zeladoria, ela está disponível para todos, só ficaram faltando as demandas que estão com o Fabinho que vai incluir, o que nós temos das atuais que vão para maio são as de março e a extraordinária, aproveitando que acabamos não marcando aquela reunião para analisar as Atas eu queria saber de vocês se isso continua de pé, gostaria de saber de vocês como nós vamos dar continuidade nisso se vamos marcar para abril para analisarmos as Atas ou deixamos para maio e termos tempo para analisarmos. Após um debate entre os conselheiros ficou estabelecido que as Atas estão atrasadas, seria feita a leitura e análise de cinco por cada mês em reuniões extraordinárias nas quintas-feiras correntes e vão ser avisadas com antecedências as datas, então a partir do mês de maio e junho.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós tivemos a primeira reunião com o Cel. Arruda, Cel. Fernandes que estava participando sobre a Praça General Polidoro, porque tinha um espelho d'água e tinha uma estátua que ela é tombada quebrou a cabeça da estátua e estava nascendo uma árvore e aí nós chamamos as Secretarias, inclusive o DPH esteve presente na reunião e me parece que eles já resolveram a questão da estátua. Já resolveram, o DPH parece que tinha uma verba, então eles conseguiram resolver e aí ficou o espelho d'água, porque assim vai ser feita uma audiência pública e esse processo está em andamento, nós tivemos outra reunião uma devolutiva da Subprefeitura, isso entrou em orçamento e vai ser feita uma audiência pública para decidir como que vai ser feita a obra a questão é mais isso não tem data para início da audiência.

O Conselheiro FABIO LUCIO SANCHEZ: A audiência ficou assim, o Cel. Arruda ficou de conversar com o pessoal do patrimônio, sugere, acabar no inicial com as poças d'água, aí nós estamos com uma crise de Dengue no país, está matando gente e aí tem uma Fábrica de Mosquitos de Dengue, naquele espelho d'água, chove a água empossa ali e fica dias ali, aquela água suja, pois queremos que os buracos sejam fechados para não haver mais empossamento d'água. A Sub/Sé sugere uma revitalização sobre o espelho d'água ou diminuir o espelho d'água, ou outra forma, nós não sabemos como seria. Então pedimos ao Cel. Arruda que apresentasse como seria essa sugestão de mudança para que nós consultássemos às pessoas que frequentavam o local. Estamos aí agora, a peteca está agora com o Cel. Arruda, para que ele nos apresentasse quais são as propostas de sugestão da Sub/Sé para alteração daquele lugar e uma bela estátua no estilo grego bonita quem quiser ver eu recomendo, então aquilo ali está nesse pé vão definir qual é a proposta que eles querem e nós vamos apresentar isso para a população no entorno e tentar fazer uma audiência pública ali. Mas enquanto isso é grave, as poças continuam lá, isso é uma questão importante. Não sei se seria o caso de pensar algum tipo provisório, tinha que pôr lá um tampão provisório na Praça General Polidoro para evitar esse mosquito.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: É até agora nós fizemos com essas idas e vindas tem uns 3 ofícios que vão constar não tive tempo ainda confesso a vocês de colocar no grupo na pasta dos ofícios enviados, mas para tomar essas providências, outra coisa também nós tivemos na Secretaria de Saúde resolvendo aquela questão da UBS, então estive lá com o Sr. Hamilton ele participa do conselho gestor da UBS, que está com um problema seríssimo e além da UBS, está com um problema sério o AMA que seria um ponto de atendimento ela tem um atendimento dos CAPES III, Drogas e Álcool junto no mesmo espaço para atendimento aí as pessoas não vão, correm para outro lugar, super lotam outro lugar, então isso é um problema sério nós conversamos com a Paulete Secco Zular ela é a responsável é a Coordenadora Regional de Saúde Centro, mas vamos ver qual será a providência. Ela pediu um ofício, nós fizemos um ofício nosso todos assinaram os representantes nós como CPM o Ronaldo e eu, o Sr. Hamilton pelo Conselho Gestor da UBS, o Conseg estava lá o presidente o Sr. Saul e vamos ver qual o desfecho disso e o que mais que vamos ter que fazer, porque nós falamos com um monte de gente e tem prédios desocupados e nós vamos tratar deste assunto da questão da mudança do governo, então está havendo troca de imóveis, então numa dessa eles podem pedir para o estado que tem vários imóveis vazios, podem ceder o imóvel para nós, então isso aí está exigindo um constante questionamento nosso, então esse mês foi isso. Nós estamos com 3 ofícios feitos que serão colocados nas pastas.

Item 7: Planejamento estratégico PLOA-2025:

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós tivemos a reunião na semana passada estavam

presentes a Rose, Lilian, Silvia, Inês a Jéssica, ela é do nosso território ela está na Barra Funda na divisa com o Bom Retiro e ela sempre vai na nossa reunião e hoje ela veio na reunião do CPM e aí nós achamos umas propostas interessantes se alguém quiser falar a Inês ou a Silvia quiserem falar algumas coisas, para mim eu destaco algo assim interessante foi o fato da verba de 6 Milhões ela ser passada agora o PLOA, mais ainda, sobre a nossa responsabilidade e não serão mais 6 Milhões serão 10 Milhões e a abertura não está mais engessada para obras como foi até agora em 2024, abriu para serviços e outras demandas, inclusive acho legal que o Fábio Sanchez participou e perguntou ao coordenador da Secretaria da Fazenda, sobre quais propostas poderiam ser feitas, então isso abre um leque para nós de outras atividades que possamos propor.

A Conselheira INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Tive outro entendimento do que foi observado lá, é o seguinte vão ser 15 propostas que nem foi o ano passado só que 5 propostas eles querem que sejam feitas pelo conselho e 10 pelos municípios sou totalmente contra, então se todas forem inviáveis não vai ter proposta, por outro lado, tem a vantagem disso, nós termos esse descalabro das propostas aprovadas e depois são enviadas e não são executadas que também acontece e com relação aos 10 Milhões, na verdade, não é que passou para 10 Milhões e que cada proposta só pode custar 10 Milhões que é outro descalabro, não tem o mínimo sentido chamar a população para fazer proposta para você discutir o orçamento e limitar a participação da população em 5 propostas de 10 Milhões que é um dinheiro que é realmente para o que precisamos que é uma briga que eu tenho assumido aqui há muito tempo que é uma coisa que precisamos priorizar o que é realmente necessário e não o que achamos que é importante o que é necessário nem sempre vai custar 10 Milhões, se você acha necessário construir uma coisa que já está há muitos anos. Meu entendimento é que as 5 propostas têm que ser absorvidas pelas propostas que todo mundo vai fazer, como nós fizemos no ano passado.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Foram dadas instruções de como preencher uma proposta é o que a Inês falou, se ela foi inviável nós perdemos essa proposta como aconteceu ano passado, nós fizemos uma proposta e 4 passaram e 1 não passou que foi justo a da UBS porque não tinha dotação orçamentária para construção só que tem um detalhe esse ano o CPM pode fazer um requerimento modificando caso a proposta não seja adequada, eu acho que isso é uma coisa boa, porque ano passado, nós falamos de construção, mas a construção não era naquele local era para outro local que pudesse ser feita a construção, agora na reunião que tivemos, eles falaram que querem construir, preferem construir do que alugar um imóvel. Nós temos duas propostas, tem proposta de construção e tem a proposta de aluguel de um imóvel, tem até o imóvel para ser alugado, só que aí eles falam que preferem construir, vão analisar as propostas que encaminhamos, mas isso não ficou claro, isso se perdeu ano passado, ficou inviável, então nós podemos fazer um requerimento pedindo modificação da proposta para que ela se adeque ao que é necessário.

O MUNÍCIPE MARCELO SIQUEIRA MOREIRA: Então, essa mudança da Secretaria da Fazenda com relação ao Orçamento Cidadão uma mudança pela metade, ou seja, mudança viável foi inclusive sugerida por nós do CPM LIDERANÇAS no dia 01 de setembro, nós sugerimos a mudança de viabilidade porque o Prefeito está mandando o orçamento para a Câmara e fazendo sempre a viabilidade depois é muito errado isso, ou seja, tinha que ter sido feita a viabilidade antes e agora tem esse novo dispositivo que é o recurso, nós podemos entrar com recurso, eu acho que essa ideia de aprovar 10 e 5 pelo conselho não é democrática, acho que tem que ser às 15 aprovadas em conjunto com a sociedade civil, essa coisa de aproveitar uma parte de um lado, uma parte de outro não dá certo e uma coisa importante é que esses 6 Milhões já tinham sido conquistados pelo conselho, então, na verdade, eles não estão entrando a mais, na verdade, ele está englobando e ficando limitado a 10 Milhões é muito ruim isso, município tem uma ideia de tratar nós com 10 Milhões e outra coisa se nós pegarmos a discussão da sociedade civil nós estamos discutindo menos de 1% do Orçamento Municipal, ou seja, a sociedade civil está discutindo menos de um orçamento dentro de 1% municipal é muito ruim isso, nós teríamos uma fatia de pelo menos 10% para estamos discutindo as coisas do município nós estamos discutindo menos de 1% isso é uma vergonha inclusive quero colocar para vocês essa semana o CPM LIDERANÇAS vai estar fazendo uma Live para denunciar essa situação. Na a semana passada fizemos uma Live para denunciar a problemática que está no transporte do fundão da Zona Sul e essa semana vamos fazer essa denúncia da questão do Orçamento Cidadão está muito ruim essa situação nós tínhamos que ter no mínimo 10% para discutir minimamente porque a viabilidade que foi feita ano passado foi uma vergonha 80% das propostas de Saúde caíram, então é muito ruim esse tipo de argumentação, então nós vemos que o município está brincando com a população, porque menos que 1% para discutir eu vou colocar isso na Live vamos mostrar os números, não vamos mostrar falácias, não estamos aqui fazendo campanhas políticas, nós estamos fazendo política pública, nós temos que discutir política pública séria, então não importa o prefeito que esteja na cadeira pode ser qualquer um tem que discutir política pública séria.

Item 8: Processo de Falta de Decoro acontecido na reunião ordinária de dezembro de 2023 :

Após a fala da Coordenadora, foi passada a palavra para o Secretário-Geral para ler os artigos, nos quais a conselheira **ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA** foi incluída e questionada por falta de decoro. Foram ouvidos os conselheiros presentes, bem como a conselheira **ROSE**, que se posicionou não ter cometido a falta de decoro. Foi aberta a votação e alguns conselheiros se abstiveram e outros votaram pela permanência da conselheira, mas sob a advertência de que não haverá tolerância para qualquer atitude por falta de decoro de qualquer conselheiro.

Item 9: Naming Right – Pacaembu/Mercado Livre :

O Conselheiro FÁBIO BENINI CABRAL explicou que há uma previsão no Contrato de Concessão do Estádio do Pacaembu que permite que seja adicionado nomes ao do Estádio Municipal, que o Concessionário se aproveitou dessa cláusula contratual, o qual a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer assinou representada como Gestora do contrato. A Prefeitura, ao permitir que a concessionária anexasse o nome de Mercado Livre Arena ao estádio do Pacaembu, considera particularmente o Conselheiro, uma ofensa à história do estádio, uma afronta à história da cidade e aos munícipes. Recordou que o Estádio Municipal foi construído em um terreno doado pela loteadora do bairro, a companhia CITY, ao Estado de SP em meados de 1920, para ser um local destinado à prática de atividades desportivas, e que a Concessionária tem o propósito de se utilizar desse local para desvio de finalidade, inserindo uma série de novas edificações com o intuito de realizar shows e eventos, que não serão acessíveis à população em geral, desviando a concepção originalmente prevista ao local. A sugestão do Conselheiro de trazer a pauta, seria deliberar uma Moção de Repúdio a essa nomeação do Estádio Municipal como Mercado Livre Arena, pelos motivos acima expostos, além do nome ser de uma empresa estrangeira que não possui sequer relação com esporte. Concluiu, ressaltando que o Estádio não foi vendido, está concedido por 35 anos, depois supostamente voltaria a ser da municipalidade.

A Conselheira STELA DE CAMARGO DA DALT: Eu queria apoiar essa proposta do conselheiro Fabinho, acho que também nós podemos enviar essa Moção de Repúdio ao Departamento Histórico e ao Ministério Público. No caso do Ministério Público para que eles verifiquem se é legal você fazer o Naming Right que é a modificação de um nome, mas que por isso seja uma previsão contratual essa previsão pode ser contra a lei, no ponto de vista da preservação se é tombado entendo que não é só prédio que é tombado é o nome que é tombado também, porque assim eles estão fazendo publicidade falando da História do Pacaembu e a pessoa fala assim quando eu era criança eu comecei a usar o mercado livre ali no Pacaembu que não faz nenhum sentido, então enfim, toda a vez que a pessoa fala o nome do Pacaembu agora tem que falar o nome da empresa eu acho isso totalmente inadequado no ponto de vista do Patrimônio Histórico é um bem Municipal concedido, eles vão mudar a História por 35 anos e depois vão apagar as publicidades matérias de jornal isso é totalmente bizarro, então acho que isso tem que ser levado ao Ministério Público, se isso estiver errado isso que ser refeito no Contrato de Concessão, sem contar no contrato vão dar 1% do valor para a Prefeitura o Contrato de Concessão de 35 anos é 1 Bilhão do Naming Right, significa que a Prefeitura vai ganhar 1 Bilhão com esse contrato, isso é uma loucura vão ganhar um dinheiro absurdo eles pagaram 111 Milhões e ganharam 1 Bilhão, então não dá, precisamos levar essas questões para quem tem competência de avaliar essa realidade.

O MUNÍCIPE MARCELO SIQUEIRA MOREIRA: Só uma proposta a mais se o conselho aceitar e que se os presentes também aceitarem é signatário de Moção de Repúdio, signatário, ou seja, todos nós estivemos aqui na reunião, nós sejamos, signatários dessa Moção de Repúdio e que conste na Ata de hoje e vá para o Diário Oficial do Município.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Todos estão de acordo com a Moção de Repúdio?
Todos os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade a Moção de Repúdio.

O Conselheiro FABIO LUCIO SANCHEZ: A empresa concessionária do Pacaembu ela paga a outorga onerosa para a Prefeitura? é isso? Quem faz a pesquisa de satisfação é a própria empresa concessionária ou é a Prefeitura que faz essa pesquisa.

A Conselheira STELA DE CAMARGO DA DALT: É a Concessionária.

O Conselheiro FABIO LUCIO SANCHEZ: É a concessionária quem faz isso? É escandaloso que se registre isso nesse ofício ao Ministério Público, porque uma concessionária fazer a pesquisa de satisfação que essa é uma variável que interfere no pagamento da ORTOGA é escandaloso ela não poderia fazer a pesquisa de satisfação, quem tem que fazer é a SP Urbanismo e a própria Prefeitura, a Secretaria de Esportes não pode ser a concessionária que conste isso no ofício para

o Ministério Público porque esse ingrediente, pesquisa de satisfação sendo feita pela empresa concessionária e tendo interferência no valor a ser pago pela ORTOGA não pode acontecer é antiético, que se registre isso e que se encaminhe se for o caso para o Tribunal de Contas do Município também, porque o Tribunal de Contas do Município tem que ver o que está acontecendo porque o erário está perdendo muito nisso, se o contrato prever que a pesquisa possa ser feita pela concessionária, seja denunciada o contrato.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Então, gostaria de pedir para você Fabinho mandar a Minuta do Ofício para nós assim que possível. Se você e a Stela puderem fazer a minuta, para nós encaminharmos.

O Conselheiro FÁBIO BENINI CABRAL solicitou a palavra, se aproveitando da menção do colega sobre a renúncia fiscal que a Prefeitura fez ao conceder esse equipamento público, complementou que um mero contrato de “Naming Rights” do Estádio renderá um bilhão de reais para o Concessionário, cabendo lembrar o quanto esse equipamento público foi ignorado, sucateado, explorado, considerado equivocadamente um fardo oneroso por anos. Refletiu que se por um lado a venda dos Direitos Nominais foi lamentável e vergonhosa, por outro lado, demonstra a plena incompetência do poder público em conseguir gerir seus próprios equipamentos, incapaz de enxergar a possibilidade de obter uma receita bilionária e convertê-la em investimentos num local que pouco cuidou. Completou indagando aos presentes sobre daqui 27 anos, qual novo nome será então: Samsung Pacaembu? Casas Bahia Pacaembu? Neosaldina Pacaembu? De tão absurda que é a ideia de mudar o nome a cada trinta anos.

Item 10: Demolição de imóveis tombados e medidas de prevenção (casarão na rua Arthur Prado):

A Conselheira INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Na verdade, o casarão da Artur Prado acho que foi só mais um de todos os problemas que estamos vivendo na cidade, este casarão está há 20 anos já abandonado ele foi tombado acho que em 2002 com o tombamento do Conpresp da Bela Vista ele foi construído em 1913 e, na verdade, já havia uma denúncia à proprietária desde 2002, quando o casarão foi tombado ela já queria demolir para poder construir no terreno desde aquela época 2002, ou seja, 21 anos atrás, o casarão já tinha tido outras denúncias, a Prefeitura multou devido à má preservação ela não pagava IPTU enfim as multas chegam a mais de 3 Milhões, a Prefeitura foi lá e teve uma votação no Conpresp em novembro do ano passado, que fosse feito o escoramento e a conservação do imóvel, porque estava com risco. Moro ali perto, então passo lá várias vezes e vi uma pessoa lá morando e a Prefeitura não fez nada além dos gatos que ficavam lá e isso já está há 20 anos acionado na justiça e aí a Prefeitura agora no começo do ano fez uma autorização através da Subprefeitura e demoliram o casarão e pagaram 550 mil para a demolidora, havia também uma solicitação que o material de demolição fosse pelo menos guardado teve gente na porta negociando com a demolidora para comprar tijolos porque estarão sendo retirados de lá é coisa antiga não posso dizer o que aconteceu e, na verdade, isso está sendo uma recorrência principalmente nesta região que está super valorizada, o proprietário deixa o imóvel lá abandonado aquele que tem um terreno super valorizado num lugar que você pode construir e faturar Bilhões, terreno imenso e abandonado lá com privilégio lá, demolido e não têm mais o que preservar. Primeiro já tem um processo no Tribunal de Justiça e no Ministério Público, inclusive não está a demolição, acho que a Prefeitura tem que ser acionada com relação ao que ela fez, porque se alguma coisa que tinha que fazer não era demolir, se ela fosse tomar uma atitude, tomasse em favor do patrimônio e da sociedade e outra coisa o proprietário não pode ficar nesta condição de favorecido.

A Conselheira STELA DE CAMARGO DA DALT: O que se sabe, do processo do Tribunal de Justiça era para demolir, na verdade, porque o condomínio vizinho do casarão entrou na justiça, o casarão estava querendo cair e aí o condomínio entrou e a Prefeitura acatou expressamente a decisão judicial que o conselho tinha lutado contra a demolição, eles tinham falado em um projeto de restauro, na verdade, e aí a Subprefeitura demoliu parece que tinham o laudo, levaram um engenheiro lá e o engenheiro tinha falado que estava com perigo de cair. Isso é o que foi do conselho. Inês isso é o que se falou no conselho estou te dando essa informação e na última reunião do conselho veio para a pauta esse processo de maio sobre essa questão da demolição e a conselheira da Oficial de Justiça, porque houve até o encaminhamento destas questões de cultura uma orientação do Presidente do Conselho sugeriu que fosse reconstruída a casa e com avaliação de fazer, ela propôs uma sugestão interessante de que fizessem, avaliassem todos os proprietários, pegassem as cadeias dos proprietários porque foi vendida para outro proprietário, parece que é a mesma empresa, então foram puxando que tentasse responsabilizar todos os proprietários desde que começou a passar de mão em mão e avaliar a viabilidade de fazer essa concessão que tenha equipamento cultural a ideia é evitar que o proprietário seja beneficiado pela demolição isso é uma coisa que o Diretor do DPH se comprometeu a que isso seja com punição exemplar é o que ele disse, são essas as informações.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Pessoal nós chegamos às 21 h e temos 5 itens contando com a eleição e ainda temos os informes importantes que eu preciso dar continuidade, aí vocês decidem mais 15 minutos, os informes, sim, são obrigatórios eu passar.

A Conselheira INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Não estou sendo contra isso ninguém quer ficar aqui até a meia-noite o que eu acho é que nós estamos sendo muito prejudicados que ficamos discutindo esses itens de zeladoria que, na verdade, não são itens e discussão de pauta os itens que tem que discutir seriam importantes para serem discutidos com urgência que estão para acontecer as coisas e vão ser prejudicadas, então eu gostaria que eles fossem transitados para a próxima reunião antes das zeladorias.

A Conselheira SILVIA CRISTINA MULE: Sem contar que hoje na comissão de constituição e justiça na Câmara de Vereadores foi aprovado a proposta de Privatização da SABESP e possivelmente entrar em votação essa semana.

A Conselheira INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Eu queria que fosse constatado antes, porque nós estamos sendo muito prejudicados com itens que não fazem parte da nossa importância maior aqui.

A Conselheira SILVIA CRISTINA MULE: Sem dizer a atitude de vir colocar uma questão e levantar e ir embora.

O Conselheiro FÁBIO BENINI CABRAL com a palavra, ressaltou que está há mais de 4 anos no Conselho, que ele mesmo enquanto foi Secretário-geral e Coordenador tentou implementar vários formatos diferentes para atender as demandas de zeladoria adequadamente, que não era de hoje que esse problema acontecia, que durante a Pandemia, como todas as reuniões eram remotas, criou-se uma segunda reunião Ordinária, mas de Zeladoria. Entretanto no começo do mandato, ao retornarem ao formato presencial, fora colocado em votação se o pleno adotaria essa mesma proposta, e não foi aceito. Após alguns meses inverteu-se a “Zeladoria” para a segunda parte da reunião, ainda assim não funcionou bem. Foi proposto novamente em fazer uma reunião específica só para “Zeladoria”, mas como Extraordinária, assim não incidiriam as ausências, caso acontecessem pelos Conselheiros. Concluiu destacando outra vantagem da reunião extraordinária de “Zeladoria” em separado, que seria a presença de todos os órgãos responsáveis por: Limpeza urbana, segurança urbana, iluminação pública, transportes, trânsito, entre outros serviços públicos municipais, além das devolutivas serem importantíssimas ao município.

Item 11: Problemas causados pela falta de atendimento da Enel. O que a prefeitura fez para impedir a Enel de prejudicar a população? (item prejudicado);

Item 12: Privatização da Sabesp (item prejudicado);

Item 13: Problemas com enchentes no território da Subprefeitura da Sé (item prejudicado);

Item 14: Transferência da sede do Governo do Estado para o Centro de São Paulo (item prejudicado);

Item 15: Eleição e posse imediata para os cargos de COORDENADOR(a) E SECRETÁRIO(a)-GERAL e possivelmente, SECRETÁRIO(a) ADJUNTO(a). (cujo mandato é de 06 meses nos termos dos artigos 33 e 42 da Portaria que rege o Conselho Participativo Municipal).

O Conselho por Aclamação manteve a mesa atual.

Item 16: Informes Gerais e Agradecimentos.

A Coordenadora MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: A Conselheira Pollyanna ultrapassou o limite de faltas e pediu renúncia, mandou um comunicado pedindo renúncia, então isso precisa constar em Ata. A Casa Civil exige que qualquer afastamento tem que constar em Ata, então nós precisamos aprovar para tirar o nome dela da lista, inclusive e outra coisa o Secretário da Casa Civil Fabricio Cobra quer conversar com os conselheiros da Sé, então ele dispôs uma data que é quinta-feira que vem 14 h, mas isso a data vai ser confirmada, mas ele se dispõe a conversar, ouvir os conselheiros, a Geisa passou esse recado e pediu que se eu poderia já encaminhar o nome de quem vai estar presente.

Após os agradecimentos pela nova coordenação e autoridade presente, deu-se o encerramento exatamente às 21h30 da reunião ordinária presencial na sede da subprefeitura da Sé.



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 09/08/2024, às 14:14.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **108399535** e o código CRC **524749C4**.

Referência: Processo nº 6056.2024/0001101-9

SEI nº 108399535